

Editorial

DOI: 10.54446/bcg.v13i2.3278

Conselho Editorial

A política israelense de contra-ataques punitivos (ou terrorismo de Estado) parece ser tentar matar de cinquenta a cem árabes por judeu morto. A devastação de campos de refugiados, hospitais, escolas, mesquitas, igrejas e orfanatos no Líbano; as prisões sumárias, deportações, demolições de casas, mutilações e torturas de palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza; o uso de uma retórica perniciososa e desumanizadora por parte de autoridades políticas, soldados, diplomatas e intelectuais israelenses para caracterizar os atos de resistência palestinos como terroristas e os próprios palestinos como seres não humanos (“baratas”, “gafanhotos”, “vermes de duas pernas” etc.); tudo isso, e mais as mortes de palestinos, a escala das perdas materiais e as privações físicas, políticas e psicológicas excederam em muito o dano causado pelos palestinos aos israelenses¹.

A descrição acima parece ser muito precisa sobre a nova ofensiva do Estado de Israel contra o povo palestino, em especial localizado na Faixa de Gaza, após os ataques realizados pelo Hamas no 7 de outubro de 2023. Isso porque retrata muito bem diversos atos e acontecimentos que, atônitos e indignados, observamos cotidianamente desde este dia que marcava os cinquenta anos da Guerra do Yom Kippur. Tais palavras, porém não foram escritas para retratar a atual situação pela qual têm passado o povo palestino e seus territórios frente às ofensivas promovidas pelo Estado de Israel, mas foram redigidas mais de 30 anos antes por Edward Said, no prefácio à edição de 1992 de seu livro *A Questão da Palestina*.

Colocar em perspectiva histórica os acontecimentos atuais é fundamental não somente para revelar o longo processo de violência pelo qual passa o povo palestino desde que se iniciou a expropriação territorial e ocupação colonial do Estado de Israel, mas para reafirmar a preocupação de Edward Said, no mesmo livro, de que “até hoje, o principal temor dos palestinos, e com razão, é a *negação*, que pode muito facilmente se tornar nosso destino”². Essa inquietação com o acelerado processo de redução, minimização e de recusa da força política e até mesmo da existência da Palestina e de seu povo no Oriente Médio parece ter alcançado um novo patamar: as negações e os negacionismos se multiplicaram, se aprofundaram e se difundiram não só nesses territórios mas por todo o globo.

Às negações de direito à autodeterminação, de reconhecimento dos territórios e de legitimidade política, agregam-se agora as negações aos direitos humanos fundamentais, ao refúgio e à ajuda humanitária, enfim, ao direito à existência. Se tais fenômenos se manifestam agora de forma mais intensa e explícita na Palestina, sobretudo na Faixa de Gaza, o mesmo ocorre, guardadas as devidas proporções, em todas as periferias do mundo. Pois, se outrora os povos originários das Américas

1 SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo, Ed. Unesp, 2012, p. XXXIII.

2 *ibidem*

sofreram as chagas do negacionismo dos “vazios territoriais”, o Povo Palestino sofre ainda hoje com a ideologia de que a região serviria como “uma terra sem povo para um povo sem terra”.

Hoje observamos uma necropolítica praticada por um Estado policial segregacionista contra sujeitos das periferias e favelas das grandes cidades, que cotidianamente são violentados e assassinados sob a alegação de estarem “misturados” e servindo de escudo a “bandidos”. De maneira homóloga, na Faixa de Gaza, milhares de palestinos são mortos sob justificativa de estarem em meio a “terroristas”. Por isso, negar a situação dramática em que se encontram os palestinos frente aos ataques do Estado de Israel não é só negar a possibilidade de um destino trágico para um povo, mas é igualmente negar que este pode ser o destino comum a nossa sociedade.

Frente a isso e em razão do compromisso ético e político que possuímos de combate a toda forma de colonização, expropriação e violação de direitos humanos fundamentais, a presente edição do Boletim Campineiro de Geografia é dedicada ao povo palestino, a sua brava luta e incansável resistência contra todas as formas de violência exercidas pelo Estado de Israel e seus aliados. Para expressar essa homenagem à causa palestina e nos solidarizar com esse povo, em especial neste momento de recrudescimento das práticas de extermínio por parte do Estado de Israel, escolhemos como imagem de capa da presente edição uma obra do artista palestino Imad Abu Shtayyah, intitulada *We shall return*, de 2014.

Somamo-nos, assim, às vozes que exigem o fim imediato do massacre praticado por Israel e lutamos contra toda forma de negacionismo que não reconhece as violentas ações exercidas por este Estado como práticas de ocupação colonial do território. Continuaremos exigindo que os direitos fundamentais de existência e autodeterminação do Povo Palestino não sejam mais negados e que, finalmente, a obra de Imad Abu Shtayyah represente bem o futuro da Palestina: que apesar de toda a destruição, seja reconstruída e possa retornar ao seu território. Afinal, parafraseando Milton Santos³, mesmo nos lugares onde os vetores do colonialismo são mais operantes e eficazes, o território habitado acabar por impor, a essas forças, uma revanche; ainda que nada seja como antes, há de acontecer o retorno do território.



Acompanhando com apreensão a conjuntura discutida acima, o Boletim Campineiro de Geografia apresenta o segundo número de seu décimo terceiro volume, reafirmando nosso compromisso de contribuir com a publicização do conhecimento e com o aprofundamento do debate científico, em especial do campo geográfico. Com isso buscamos, antes de tudo, de ampliar ainda mais a circulação de ideias, intensificar os debates e dar novo ânimo ao labor acadêmico, científico e intelectual realizado e publicado por nossa revista.

3 SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2008. Texto original de 1994.

Nesta edição apresentamos aos nosso leitores um conjunto de sete artigos inéditos que foram submetidos em fluxo contínuo. Textos que são fruto de importantes pesquisas, que apresentam qualidade e relevância científica, acadêmica, política e/ou social, o que é reconhecido e apontado pelos nossos pareceristas. Dando sequência ao caráter abrangente e plural de nossas publicações, os artigos apresentados trazem debates geográficos que incluem discussões sobre a técnica digital, o feminismo, a religiosidade, a indústria campineira, a representação cinematográfica regional e as dinâmicas econômicas periféricas. Contamos ainda com uma resenha e uma entrevista inédita com o geógrafo argentino Jorge Blanco.

Com isso, aproveitamos para agradecer, uma vez mais, aos autores e às autoras, ao Conselho Científico e aos pareceristas que participaram da presente edição, cuja colaboração e empenho foram fundamentais para a organização de mais este número de nossa revista.

Para além desses artigos, o presente número da revista tem o prazer de publicar um conjunto de textos que compõem um dossiê organizado por Silvana Cristina da Silva, Tramontani Ramos e Glauco Bruce Rodrigues, todos professores do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Campos dos Goytacazes. Os textos são de autoria de palestrantes e organizadores do *II Seminário Internacional Espaço Urbano, Pobreza e Neoliberalismo: Construção e reconstrução das práticas sociais*. Esse evento interinstitucional foi sediado na UFF (Campos dos Goytacazes), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade de São Paulo (USP) e ocorreu entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, contando com a presença do filósofo francês Pierre Dardot, cuja comunicação foi traduzida e apresentada no dossiê.

Desejamos uma excelente leitura a todos e todas.